

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ

Renise Bastos Farias Dias (UFAL)
renisebastos@gmail.com

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa de campo, de análise quantitativa, realizada em uma escola pública municipal de Maceió, com o objetivo de conhecer se os professores do ensino fundamental abordaram a educação em saúde em suas disciplinas no ano letivo de 2009. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semi-estruturado, aplicado a um grupo de 18 professores. Como resultado da pesquisa identificou-se que a maioria dos professores considerou importante e fácil a introdução da educação em saúde em suas disciplinas, tendo abordado este tema de forma pontual e sem um planejamento em conjunto com os professores, alunos, comunidade ou unidades de saúde. Identificou-se também que a maioria desconhece o Programa Saúde na Escola. Conclui-se que a capacitação dos professores neste Programa e a formação de parcerias entre a escola com unidades de saúde, somado ao esforço apresentado pelos professores em educar em saúde, certamente, fortaleceria a prevenção de agravos à saúde que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar. Palavras-chave: Educação em Saúde; Saúde na Escola; Saúde no ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental brasileiro, abrange, além das disciplinas tradicionais, a *saúde* como um dos seis temas transversais, além da *ética, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual e trabalho e consumo* (BRASIL, 1996), eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal (BRASIL, 1997).

Essa transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (BRASIL, 1997).

Nesta concepção, a construção de práticas integradas envolvendo a educação e saúde, tem incentivado a promoção da saúde no ambiente escolar. Entendendo essa necessidade, os Ministérios da Educação e da Saúde publicaram, em 2007, o Decreto nº 6.286, instituindo o Programa Saúde na Escola (PSE).

Segundo o Decreto Interministerial, o PSE constitui estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde,

com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da educação básica. Além disso, as ações em saúde previstas no âmbito do PSE devem considerar a atenção, promoção, prevenção e assistência, e serem desenvolvidas articuladamente com a rede de educação pública básica e em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2007).

Para o sucesso da educação em saúde nas escolas, fazem-se necessárias mudanças significativas nos sistemas de saúde e educação: novas estratégias, novas formas de gestão em ambos os Ministérios. Assim, impõem-se novas formas de operacionalizar a saúde escolar e de avaliação do seu impacto, tendo sempre em conta que a escola deve continuar a ser a grande promotora da saúde (PORTUGAL, 2006a).

Uma escola que se proponha promover a saúde, deve mobilizar a participação direta da comunidade, desde as decisões sobre o projeto, ao envolvimento da própria escola, dos serviços de saúde, da comunidade de pais, dos voluntários, das empresas, dos parceiros diversos, até à sua execução e avaliação, conscientizando a comunidade quanto às principais ameaças à saúde e segurança das crianças no meio escolar (PORTUGAL, 2006a).

A escola, na procura permanente de um ambiente mais saudável para as crianças, deverá assegurar saneamento básico, água de qualidade, ambiente de suporte à atividade física e à mobilidade segura, ar interior e exterior livres de poluição, assim como reduzir a exposição das crianças aos riscos físicos, químicos e biológicos (WHO, 2003).

A saúde e a educação devem ser tratadas como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos. Para isso, é necessário, conforme trata o PCN, que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores (BRASIL, 1997).

Partindo da hipótese de que a educação em saúde pode contribuir efetivamente na promoção de hábitos saudáveis, prevenção de doenças e acidentes em escolares, além do fortalecimento da relação da rede pública de saúde e educação, que resolveu-se realizar esta pesquisa com o objetivo de conhecer como os professores do ensino fundamental trataram a educação em saúde em suas disciplinas no ano letivo de 2009.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva, com análise quantitativa, realizada numa escola pública municipal, localizada no município de Maceió, onde se leciona o ensino fundamental, do 5º ao 9º ano.

A população foi constituída por 18 professores das disciplinas do ensino fundamental: português, matemática, história, geografia, ciências, inglês, artes e ensino religioso, lotados na escola em estudo nos turnos matutino e vespertino, independente do sexo e faixa etária.

Foram excluídos da amostra os professores que não concordassem em participar da pesquisa e aqueles lotados no turno noturno, afastados de suas atividades por licença médica ou férias ou que estivessem exercendo atividades que não fossem de ensino.

Os professores foram abordados durante os intervalos das aulas, na sala dos professores, onde a cada um foi esclarecido o objetivo da pesquisa e solicitado responder, de forma voluntária, garantindo o sigilo de seus nomes, a um questionário semi-estruturado com 6 perguntas, cujas respostas foram analisadas e apresentadas em forma de gráficos. A coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa, abaixo descritos, abordam a descrição das disciplinas que os sujeitos ministram, suas respostas quanto à abordagem da educação em saúde em suas aulas no ano letivo de 2009, sua percepção quanto à importância e facilidade da inserção da educação em saúde em suas disciplinas e o conhecimento do Programa Saúde na Escola.

Dos resultados alcançados, observou-se que dos dezoito sujeitos do estudo, quatro eram da disciplina de português, três eram da disciplina de matemática, dois eram da disciplina de história, dois de geografia, três de ciências, dois de inglês e dois de artes.

Analisando as respostas dos sujeitos sobre a abordagem do tema saúde em suas aulas (Gráfico 1), 94,7% dos entrevistados consideraram importante esta abordagem, enquanto apenas 5,3% não consideraram.

Ainda analisando estes resultados (Gráfico 1) identificou-se que 78,9% responderam que introduziram a educação em saúde em suas aulas, tendo abordado este

tema de forma pontual e sem um planejamento em conjunto com os demais professores, alunos, comunidade e unidades de saúde, em suas aulas no ano letivo de 2009.

Apesar de quase 95% dos entrevistados considerarem importante a abordagem da educação em saúde em suas aulas, nem todos tomaram a decisão de incluir o referido tema em seus planos de ensino.

Sendo “o ensino, decisão e ideologia a cada ato” (BIZZO; LEDER, 2005, p. 662), é aceitável que cada ator, na construção de um projeto pedagógico, tenha o poder de decidir sobre os conteúdos de aprendizagem seguindo uma política curricular que expressa o grau de legitimidade desses atores (PACHECO, 2000).

Porém, a efetividade e sustentabilidade das intervenções de saúde escolar dependem da integração da promoção da saúde no currículo. Uma vez que a maior parte dos problemas de saúde e de comportamentos de risco, associados ao ambiente e aos estilos de vida, pode ser prevenida ou significativamente reduzida através de programas de saúde escolar efetivos (PORTUGAL, 2006a).

Identificou-se também que 89,5% consideraram fácil a introdução da educação em saúde em suas aulas, enquanto 10,5% ainda sentiam alguma dificuldade para tratar este tema (Gráfico 1).

De acordo com pesquisa realizada por Cyrino e Pereira (1999), nesta época foram identificados grupos que já trabalhavam com a saúde escolar, ligando-a a questões mais específicas do comportamento e das síndromes e disfunções cerebrais, assim como das carências nutricionais e da pobreza.

Dentre os professores da escola em estudo na cidade de Maceió (Gráfico 2), 89,5% desconhecem o Programa Saúde na Escola. Enquanto que em Portugal, os professores tanto conhecem quanto tinham, no ano de 2005, 87% dos seus alunos cobertos pelo Programa Saúde na Escola, cujo atendimento era realizado por equipes de saúde escolar, numa parceria entre os Centros de Saúde e as escolas das regiões do País (PORTUGAL, 2006b).

O Programa Saúde na Escola pode contribuir para que a educação em saúde não estivesse somente vinculada à exposição e verificação da apreensão de conhecimentos em saúde, mas que ultrapassasse estes limites, alcançando a avaliação de práticas de saúde, a identificação de indicadores efetivos de doenças que pudessem comprometer o aprendizado do aluno. Estimulando, assim, a interação da escola, família e comunidade com os profissionais de saúde e, ainda, fortalecendo a construção de práticas integrativas entre a unidade básica de saúde com a referida escola.

Estudos de avaliação do custo-efetividade das intervenções preventivas realizados nas escolas de Portugal demonstraram que 1 € (um euro) gasto na promoção da saúde, hoje representariam um ganho de 14 € (quatorze euros) em serviços de saúde, amanhã (PORTUGAL, 2006a).

A Escola, ao constituir-se como um espaço seguro e saudável, deve facilitar a adoção de comportamentos mais saudáveis, estabelecendo-se numa posição ideal para promover e manter a saúde da comunidade educativa e da comunidade envolvente (PORTUGAL, 2006a).

Isso pode interferir no melhor desempenho da educação em saúde na escola, uma vez que os professores devem ser os profissionais preparados para apoiar o desenvolvimento do processo de promoção da saúde em meio escolar, que saibam partilhar saberes e encontrar pontos de convergência, no desafio da saúde positiva para todos.

CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que, mesmo de forma pontual e sem um planeamento em conjunto com os demais professores, alunos, comunidade e unidades de saúde, a iniciativa dos professores em introduzir a educação em saúde em suas aulas, pode ser considerado como um ponto favorável para o fortalecimento do Programa Saúde na Escola.

A capacitação dos professores neste Programa e a formação de parcerias entre a escola com unidades de saúde, somado ao esforço apresentado pelos professores em educar em saúde, certamente, fortaleceria a prevenção de agravos à saúde que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

REFERÊNCIAS

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi, LEDER, Lídia. **Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Rev. Nutr. [serial on the Internet]. 2005. Oct; 18(5): 661-667. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500009&lng=en. Acesso em: 5 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais 1996.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/pcn.shtm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CYRINO, E.G., PEREIRA, M.L.T. **Reflexões sobre uma proposta de integração saúde-escola: o projeto saúde e educação de Botucatu, São Paulo.** Cad. Saúde Pública. 1999; 15 (Supl 2): 39-44.

PACHECO, J. P. **Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização?** Educ. Soc. 2000; 21(73): 139-61.

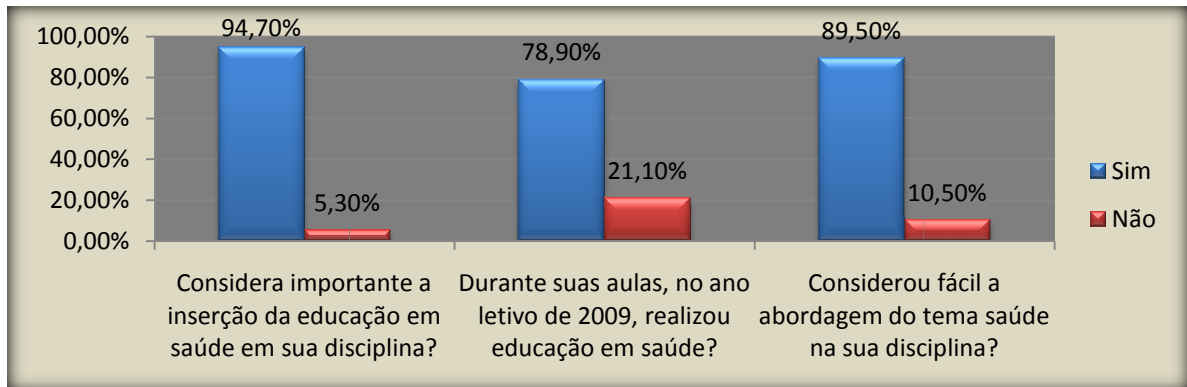
PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direção Geral da Saúde. Divisão de Saúde Escolar. **Programa Nacional de Saúde Escolar.** Despacho nº 12.045/2006 (2ª série). Publicado no Diário da República nº 110 de 7 de junho 2006a.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direção Geral da Saúde. Divisão de Saúde Escolar. **Avaliação do Programa de Saúde Escolar Ano letivo 2004/05 – Relatório.** Portugal: Ministério da Saúde, 2006b.

WHO. UNESCO. UNICEF. EDC. World Bank Education International. **The Physical School Environment. An Essential Component of a Health-Promoting School.** Information series on school health. Document 2. WHO 2003.

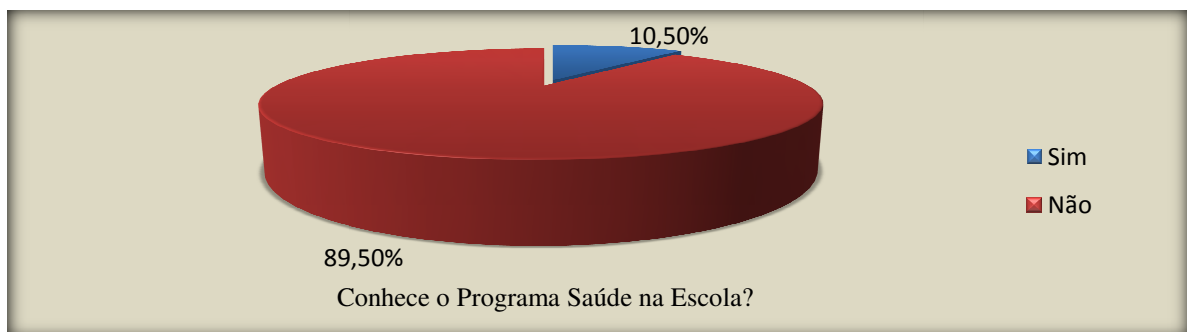
GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas dos professores de ensino fundamental de uma escola pública de Maceió quanto a educação em saúde durante suas aulas e a importância da inserção deste tema na sua disciplina. Maceió, 2009.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Respostas dos professores de ensino fundamental de uma escola pública de Maceió quanto ao conhecimento do Programa Saúde na Escola. Maceió, 2009.



Fonte: Dados da pesquisa.